



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.INTRODUÇÃO

Trata-se de Estudo Técnico Preliminar para a primeira etapa do planejamento da contratação visando auxiliar na elaboração do Termo de Referência ou do Projeto Básico.

2.INFORMAÇÕES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

SD N.º:	01/2026/SMTUOP-DE
Secretaria Demandante:	Departamento De Engenharia – SMTUOP-DE
Responsável pela Demanda:	Nayara Da Silva Felício
Unidades Gestoras Participantes:	Secretaria Municipal De Transporte, Urbanização E Obras Públicas - SMTUOP
Objeto:	O presente estudo intenta a viabilidade da melhor solução de mercado para contratação de empresa especializada para a construção de infraestrutura turística tipo plano inclinado no Parque Natural Salto do Sucuriú, convênio 955044/2023, visando atender as necessidades da secretaria municipal de transporte, urbanização e obras públicas - SMTUOP.

3.RELATÓRIO

3.1.Da Legislação:

Lei Federal nº 14.133/2021, de 01 de abril de 2021;

Lei Complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

Decreto Municipal nº 5.018/2024 – dispõe sobre a formalização de SD, ETP e TR;

Resolução Normativa TCE/MS nº 88/2018 – dispõe sobre os documentos exigidos no TCE/MS;

Decreto Municipal nº 4.971/2023 – regulamento geral municipal sobre Lei 14.133/2021;

Decreto Municipal nº 4.922/2023 – dispõe sobre o catalogo de padronização;

Decreto Municipal nº 4.926/2023 – dispõe sobre o Plano Básico de Fiscalização Municipal;

Decreto Municipal nº 4.970/2023 – regulamento ante projeto, projeto e obras e serviços de engenharia.

3.2.Das contratações anteriores:

☒ O presente objeto não foi adquirido nos últimos exercícios, não constando em nossos arquivos procedimento anterior.

☐ O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo nº __, sem nenhuma observação pontual sobre a execução do contrato, aproveitando-se o quantitativo e o valor da contratação de subsídio para o presente estudo, conforme relatório em anexo.

☐ O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo nº __, constando observações pontuais e recomendações da fiscalização sobre a execução do contrato, apontando parâmetros alternativos de quantitativos e valores como forma de subsídio para o presente estudo, conforme abaixo: _____.

3.3.Da justificativa para a escolha da modalidade da licitação:

☐ Por se tratar de objeto comum, a modalidade indicada será o **Pregão eletrônico**.



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

☐ Por se tratar de objeto especial, conforme o valor da contratação, a modalidade indicada será **Dispensa**.

☒ Por se tratar de objeto especial, conforme o valor da contratação, a modalidade indicada será **Concorrência**.

☐ Por se tratar de objeto especial, conforme o valor da contratação, a modalidade indicada será **Inexigibilidade**.

3.4.Da forma da Licitação:

☒ A licitação será realizada de forma eletrônica.

☐ A licitação será realizada de forma presencial, conforme justificativas abaixo: _____.

3.5.Da necessidade de consolidação da demanda para as demais unidades gestoras e/ou Intenção de Registro de Preços-IRP:

☐ A licitação não será realizada pelo sistema registro de preços, justificando que _____.

☐ A licitação será realizada pelo sistema registro de preços, justificando que _____.

☐ A demanda compreendida atenderá as unidades gestoras participantes, conforme SD de cada demandante, em anexo.

☒ A demanda compreendida atenderá apenas a unidade gestora requisitante e a contratação não requer consolidação.

3.6.Do acesso ao orçamento estimado da contratação:

☒ No presente estudo técnico o orçamento e documentos que o instruem constam dos autos e deverão ser disponibilizados anexos ao TR ou PB, de forma detalhada (com memórias de cálculo) para facilitar a elaboração das propostas dos interessados.

☐ No presente estudo técnico esta equipe identificou que o critério de julgamento deverá ser o de "*maior desconto*", portanto o orçamento não poderá assumir caráter sigiloso, devendo ainda ser disponibilizado no edital o preço estimado, valor máximo aceitável.

☐ No presente estudo foi identificada a necessidade do orçamento estimado sigiloso (publicidade do orçamento após a fase de lances, no julgamento da proposta), sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, em conformidade com as justificativas a seguir: _____.

3.7.Aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006:

☐ Contratação com itens exclusivos (art. 48, I da LC 123/06);

☐ Reserva em objeto divisível de cota de até 25% (art. 48, III);

☐ Prioridade de contratação para as privilegiadas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (art. 48, § 3º, LC 123/06);

☐ Possibilidade de subcontratação nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços (art. 48, I da LC 123/06).

Demais benefícios da LC 123/2006:

Possibilidade de concessão de prazo para regularização da documentação de regularidade fiscal e trabalhista (art. 43, § 1º, LC 123/06);

Assegurado o critério de desempate, preferência de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44, LC 123/06);

3.7.1.Justificativa para a Não Adoção dos Benefícios da LC 123/2006:

Justifica-se a não utilização do benefício Contratação com itens exclusivos (art. 48, I da LC 123/06), visto que o valor estimado desta contratação ultrapassa a marca de R\$80.000,00 (Oitenta mil reais).



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

Justifica-se a não utilização do benefício da reserva de cota de até 25%, visto que objeto desta contratação, é de natureza indivisível.

Justifica-se a não utilização do benefício de prioridade de contratação para empresas locais ou regionais (art. 48, § 3º, da LC 123/2006), visto que não há fornecedores sediados no município ou região que atendam às especificações técnicas do objeto.

Não será permitida a subcontratação do objeto para outras empresas, visto que a parcela principal deve ser fornecida pela contratada e o objeto de contratação ser de caráter único.

3.8. Da participação ou vedação de empresas em consórcio:

☒ **NÃO** será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, pelas razões abaixo:

Não serão aceitas participação de empresas enquadradas nas modalidades de consórcio no presente procedimento licitatório. Conforme art. 15 da Lei n. 14.133/2021, a conveniência de admissão de participação de consórcios nos procedimentos licitatórios é decisão meramente discricionária da Administração Pública. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em o objeto deste Projeto Básico é perfeitamente pertinente e compatível com empresas atuantes no ramo da construção civil, cuja participação de uma gama variada de empresas, às quais, em sua maioria absoluta, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, demonstrando possuir condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que por consequência não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. A permissão de participação de empresas em consórcio na licitação é excepcional justamente porque o que se quer é preservar o máximo possível à competitividade do certame. Ademais, o objeto do presente Projeto Básico não se configura pela necessidade de multidisciplinaridade em termos de serviços a serem prestados. Frente ao exposto, tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, neste caso, é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

☐ Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as regras estabelecidas no edital;

☐ Conforme definido nesse ETP, o número máximo de empresas consorciadas será de _____.

3.9. Da Subcontratação⁶ da Lei 14.133/21:

Na presente contratação não será oportunizada a subcontratação.

3.10. Da garantia da execução do contrato:

3.10.1. Será exigida a garantia da contratação conforme os Arts. 96 e seguintes da NLL, no percentual de 10% do valor inicial do contrato.

3.10.1.1. A garantia deverá ser apresentada no seguinte prazo:

a. caução ou fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato (ou outro prazo – especificar).

b. no caso de seguro-garantia, sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até 1 (um) mês, a

⁶ § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

contar da publicação da decisão homologatória do certame licitatório, conforme disposto no artigo 96, § 3º da NLL.

3.11.Demais justificativas: Não se aplica.

4.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1.Prazo de entrega/execução: O prazo máximo para execução do objeto será de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento da **Ordem de Início de Serviço – OIS**, abrangendo a elaboração, apresentação e aprovação do projeto executivo, bem como a execução integral da obra, conforme cronograma físico-financeiro a ser aprovado pela Administração.

4.2.Local (is) de entrega/execução e horário (s) de atendimento: Parque Natural Salto do Sucuriú, neste Município de Costa Rica - MS.

4.3.Forma de recebimento: O recebimento será mediante a expedição de **Termo de Recebimento Provisório e Definitivo**.

4.4.Prazo de garantia/forma de garantia: O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 5 (cinco) anos – Art. 618 do Código Civil (Lei 10.406/2002), contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.5.Prazo para substituição/correção: Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **15 (quinze) dias consecutivos** após a notificação da contratante.

4.6.Prazo de vigência da contratação: O prazo da vigência da contratação será de 12 meses, nos termos do art.6º, inciso XVII da Lei 14.133/2021.

4.6.1.Análise da vantajosidade ⁷ da contratação por período plurianual: A presente contratação não é serviço de natureza contínua, sendo que se trata de contrato por escopo, nos termos do art. 6º, inciso XVII da Lei 14.133/2021, no qual encerra-se as obrigações das partes após a entrega ou conclusão do objeto licitado, motivado pelo qual, em relação ao item 17.2.2.1, item 7 da Resolução Normativa nº 88/2018, não se aplica a contratação plurianual.

4.6.2.Índice de reajuste adotado para contratação e indicação do período para o reajustamento: Índice Geral da Construção Civil (INCC-M).

4.6.3.O objeto deverá ser contratado através de contrato de escopo.

4.7.Necessidade de treinamento de pessoal/apresentação de catálogo de produtos/exigência de amostras: Não se aplica.

4.8.Transição contratual: Não se aplica.

4.9.Apresentação de catálogo ou amostra: Não se aplica.

4.9.1.Critérios de julgamento dos catálogos e amostras: Não se aplica.

4.10.Da contratação: Empreitada global.

4.11.Indicação ou vedação de marcas ou modelos específicos ou como referência⁷: Não se aplica.

4.12.Demais requisitos necessários à contratação: Para a contratação em questão, a licitante deverá apresentar Habilitação fiscal, social e trabalhista, através de suas certidões negativas. Ademais, deverá apresentar os documentos necessários para Habilitação Técnica: **Capacidade Técnico Profissional, Capacidade Técnica Operacional e Vinculação ao Quadro Técnico-Profissional**.

⁷ Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 – art. 41, inciso I, “a”, “b”, “c” e “d”;



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

5.DESCRICÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se faz necessária para a elaboração do projeto executivo e a execução da obra de construção de infraestrutura turística do tipo plano inclinado no Parque Natural Salto do Sucuriú, no Município de Costa Rica – MS, conforme previsto no Convênio nº 955044/2023, com a finalidade de garantir condições adequadas de acesso, circulação e segurança aos visitantes, bem como promover a valorização e o uso ordenado do espaço turístico. A adoção da contratação conjunta da elaboração do projeto executivo e da execução da obra decorre da complexidade técnica do empreendimento, que envolve implantação em área natural, sujeita a restrições ambientais, condições topográficas específicas e necessidade de soluções construtivas integradas, cujo desempenho, segurança e durabilidade dependem diretamente da adequada compatibilização entre concepção, detalhamento técnico e método executivo. A segregação dessas etapas poderia resultar em incompatibilidades técnicas, necessidade de ajustes durante a execução, retrabalhos e elevação de riscos operacionais, financeiros e de prazo. A elaboração do projeto executivo pela mesma empresa responsável pela execução da obra possibilita a definição de soluções tecnicamente exequíveis desde a fase de concepção, assegurando maior precisão dos quantitativos, adequação dos métodos construtivos às condições reais do local, redução de interferências não previstas, racionalização de prazos e custos e maior controle da qualidade e do desempenho final do empreendimento, com responsabilidade técnica integral pelo resultado entregue. Ademais, o investimento está alinhado às diretrizes de desenvolvimento do turismo sustentável do Município, contribuindo para a ampliação da atratividade do Parque Natural Salto do Sucuriú, incremento do fluxo turístico, geração de renda e fortalecimento da economia local, além de atender aos objetivos pactuados no Convênio nº 955044/2023. A inexistência dessa infraestrutura compromete a plena utilização do equipamento turístico e a efetividade das ações públicas voltadas à valorização do patrimônio natural.

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada, por meio de processo licitatório na modalidade Concorrência, abrangendo a elaboração do projeto executivo e a execução da obra, mostra-se a alternativa tecnicamente mais adequada para assegurar a implantação do empreendimento com segurança, eficiência e observância das normas técnicas, ambientais e de acessibilidade aplicáveis.

6.LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

6.1.A partir dos estudos realizados para a contratação do objeto pretendido, foram identificadas as seguintes soluções de mercado:

No âmbito do presente Estudo Técnico Preliminar, procedeu-se ao levantamento de mercado com o objetivo de identificar e analisar as possíveis soluções disponíveis para atendimento da demanda, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas, bem como práticas consolidadas no setor privado de infraestrutura.

A análise contemplou diferentes modelos de contratação, regimes de execução e critérios de julgamento previstos na Lei nº 14.133/2021, avaliando-se suas vantagens, desvantagens e adequação às características técnicas, operacionais, ambientais e orçamentárias do objeto pretendido.

a) Empreitada por Preço Unitário

A empreitada por preço unitário caracteriza-se pela contratação com base em quantitativos estimados, sendo o pagamento vinculado às medições efetivamente executadas.



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

Vantagens:

- Maior flexibilidade para alterações quantitativas durante a execução;
- Adequada para objetos com maior grau de incerteza nos quantitativos;
- Permite ajustes conforme condições verificadas em campo.

Desvantagens:

- Maior probabilidade de acítivos contratuais;
- Menor previsibilidade do custo final da obra;
- Maior complexidade na fiscalização e no controle das medições.

Análise de Adequação:

Considerando que o objeto possui escopo previamente definido e quantitativos tecnicamente consolidados, esta solução não se mostra a mais vantajosa, especialmente sob a ótica do controle orçamentário e da previsibilidade financeira.

b) Empreitada por Preço Global

A empreitada por preço global consiste na contratação pelo valor certo e total da obra, cabendo ao contratado a responsabilidade integral pela execução do objeto.

Vantagens:

- Maior previsibilidade orçamentária;
- Transferência ao contratado dos riscos relacionados a quantitativos;
- Simplificação da gestão contratual;
- Incentivo à eficiência na execução.

Desvantagens:

- Menor flexibilidade para alterações posteriores;
- Exige definição técnica clara e precisa do escopo.

Análise de Adequação:

Mostra-se compatível com o objeto pretendido, em razão da definição prévia do escopo, da existência de estudos técnicos suficientes e da necessidade de controle rigoroso dos custos globais da contratação.

c) Contratação Integrada

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a contratação integrada compreende a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como a execução da obra pelo mesmo contratado.

Vantagens:

- Possibilidade de soluções técnicas inovadoras;
- Maior integração entre projeto e execução;
- Potencial redução de conflitos técnicos entre fases.

Desvantagens:

- Menor controle prévio da solução técnica pela Administração;
- Dependência de anteprojeto robusto;
- Possível elevação de custos;
- Redução da competitividade em determinados mercados.

Análise de Adequação:

Não se mostra a solução mais indicada, uma vez que a Administração já dispõe de definição técnica consolidada do objeto, não havendo justificativa para delegação da concepção integral ao particular.

d) Fragmentação da Contratação (Divisão por Lotes ou Etapas)



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

A fragmentação consiste na divisão do objeto em múltiplos contratos ou lotes distintos.

Vantagens:

- Possível ampliação da competitividade;
- Especialização técnica por etapas.

Desvantagens:

- Risco de incompatibilidades técnicas;
- Maior dificuldade de coordenação;
- Aumento de custos indiretos;
- Ampliação do prazo global de execução.

Análise de Adequação:

Considerando as características ambientais e topográficas da área de implantação, as restrições de acesso e a necessidade de integração entre soluções técnicas e métodos executivos, a fragmentação pode comprometer a eficiência e a economicidade da contratação.

6.2. Solução escolhida:

6.2.1. Ao final do levantamento de mercado, analisada as soluções encontradas, conclui-se pela melhor opção a seguinte solução: **realização de procedimento licitatório na modalidade Concorrência, com critério de julgamento pelo menor preço e adoção do regime de execução por empreitada por preço global.**

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

☐ O objeto estudado não requer manutenção, instalação ou assistência técnica.

☒ Conforme mencionado no item anterior, o objeto em estudo requer manutenção, instalação ou assistência técnica ou outras, conforme detalhado no item “das contratações correlatas”.

O objeto em estudo requer a execução de serviços técnicos especializados, abrangendo as etapas necessárias à plena entrega da solução contratada, observados os padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança definidos pela Administração e pelas normas técnicas aplicáveis. A solução adotada contempla todas as condições indispensáveis ao atendimento da necessidade administrativa, incluindo a adequada definição de responsabilidades, critérios de aceitação, formas de acompanhamento e fiscalização, de modo a assegurar que o objeto seja entregue em conformidade com as especificações técnicas e com os resultados pretendidos pela Administração.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DO OBJETO

8.1. Considerando que **não houve** contratação anterior do objeto para nortear o planejamento da quantidade a ser adquirida, a partir do quantitativo solicitado e eventos que possam impactar na demanda futura, a quantidade para atender à necessidade estão informadas na relação de serviços e cronograma de execução, constantes na solicitação de demanda e neste estudo.

Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quantidade
1	Construção De Infraestrutura Turística Tipo Plano Inclinado No Parque Natural Salto Do Sucuriú, Convênio 955044/2023.	Serviço	1,00

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE



Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica

9.1. Para a obtenção do valor previamente estimado em processo licitatório, utiliza-se dos parâmetros definidos em lei, conforme abaixo:

- ☐ Portal Nacional de Contratações Públicas – **PNCP**;
- ☐ Pannel de Preços do Governo Federal;
- ☐ Banco de Preços em Saúde;
- ☐ contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços;
- ☒ dados de pesquisa publicada em **mídia especializada** ou de **tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal;
- ☐ sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- ☐ pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) **fornecedores**, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail;
- ☐ pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares.
- ☐ outros: _____

9.2. A partir do quantitativo estudado em atendimento à (s) unidade (s) demandante (s) e os parâmetros obtidos através das pesquisas de preços realizadas no presente estudo, que intentaram o valor mais próximo possível do praticado no mercado, foram realizados com base nos artigos 21 ao 36 do Decreto Municipal nº 4971/2023, segue estimativa do valor da contratação conforme documentos anexos e exposto na tabela abaixo:

Item	Objeto/Descrição	Un. De Medida	Valor Unitário	Qtde	Metodologia
1	Construção De Infraestrutura Turística Tipo Plano Inclinado No Parque Natural Salto Do Sucuriú, Convênio 955044/2023.	Serviço	R\$ 2.905.314,69	1,00	SINAPI

9.2.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 2.905.314,69 (Dois milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e quatorze reais e sessenta e nove centavos).

9.3. O pagamento deverá ser realizado com verba:

☒ Municipal: R\$ 1.945.224,69

☐ Estadual: _____

☒ Federal: 960.090,00

9.3.1. Forma de pagamento:

O pagamento será realizado até 30 dias contados do atesto da nota fiscal, mediante transferência bancária na conta informada, sempre em favor da contratada.

9.4. Os recursos são pertinentes à seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02

Unidade: 02.13

Função: 15

Subfunção: 451

Programa: 0009

Projeto/Atividade: 2.108

Elemento de Despesa: 44.90.51.00

Ficha: 523, 524



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

Desdobramento nº: 99

Fonte de Recursos: 1500, _ 700

Plano Plurianual: Lei nº 1.829/2025

10.ALINHAMENTO AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

10.1.O objeto estudado encontra-se alinhado com os instrumentos orçamentários do município e com o Plano Anual de contratação.

11.DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

11.1.O objeto da contratação em estudo, nos termos propostos e justificados no presente relatório, apresentam melhor economia e aproveitamento dos recursos humanos; materiais e financeiros ora disponíveis.

12.PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL OU ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

12.1.A operacionalização da contratação do objeto estudado não requer ajustes a serem feitos no ambiente do órgão de acordo com os aspectos apresentados.

13.CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

13.1.De acordo com a solução adotada exigir-se-á contratação correlata para viabilizar sua manutenção, assistência técnica ou instalação, que deverá ocorrer através de contratação em andamento (ou a ser formalizada), nos termos abaixo justificados:

De acordo com a solução adotada, a execução do objeto independe da realização simultânea ou prévia de outras contratações, sendo suficiente, por si só, para o atendimento da necessidade administrativa identificada no presente Estudo Técnico Preliminar. Eventuais aquisições, serviços ou contratações futuras que venham a ser necessárias não possuem caráter de interdependência com o objeto ora estudado, podendo ser tratadas de forma autônoma, sem prejuízo à execução contratual.

14.JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

14.1.A contratação do objeto não será parcelada por item, considerando a viabilidade da divisão do objeto da contratação, tendo como julgamento o critério de **“menor preço global”**, em relação aos prejuízos a serem causados ao conjunto e a perda de economia de escala, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, inclusive à facilitação do plano de fiscalização.

A contratação não deverá ser parcelada, uma vez que se trata de uma obra cuja execução demanda atividades interdependentes que devem ser executadas de forma integrada, desde a elaboração do projeto executivo até a execução da obra. O parcelamento do objeto comprometeria a compatibilização entre soluções técnicas, métodos construtivos, cronograma físico-financeiro e responsabilidades, gerando riscos à qualidade, ao



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

desempenho e à segurança da obra, além de dificultar a fiscalização e a gestão contratual. Sendo assim a contratação global preserva a economia de escala, assegura maior eficiência na execução, reduz riscos de conflitos entre contratados distintos e concentra a responsabilidade técnica pelo resultado final em um único contratado.

15.DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS

15.1. Para a presente contratação, verificam-se possíveis impactos ambientais, incluídos requisitos de baixo consumo de energia, (logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos) *no que couber, sendo necessárias as seguintes ações mitigadoras e de implantação/instalação:

- Cumprimento integral das licenças ambientais e respectivas condicionantes expedidas pelos órgãos competentes;
- Destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002;
- Restrição das intervenções às áreas previamente delimitadas em projeto e autorizadas ambientalmente;
- Controle da emissão de poeira, ruídos e vibrações durante a execução da obra;
- Uso racional de água, energia elétrica e demais recursos naturais;
- Preferência, quando tecnicamente viável, por equipamentos e sistemas de menor consumo energético;
- Destinação adequada de embalagens, materiais reaproveitáveis e resíduos recicláveis, observando-se a legislação vigente.

16.GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1. O presente estudo identificou pontualmente os riscos abaixo relacionados, cujas ações mitigadoras sugeridas, se de atribuição dos fiscais, devem ser acrescidas às previstas no plano básico de fiscalização, transcrito no item posterior:

RISCOS IDENTIFICADOS	MEDIDAS MITIGADORAS (AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DOS fiscais/comissão de contratação⁸, agente de contratação/interno ou externo, etc)
Interferência ambiental decorrente da execução da obra em área de Parque Natural	Cumprimento das condicionantes ambientais e acompanhamento contínuo pela fiscalização
Atrasos na execução em razão de restrições climáticas ou ambientais	Planejamento executivo compatível com as condições locais e monitoramento do cronograma físico-financeiro
Destinação inadequada de resíduos da construção	Exigência de comprovação documental da destinação ambientalmente adequada

16.1.1. Plano Básico de Fiscalização

16.1.1.1. A equipe de fiscalização designada deverá obrigatoriamente atender ao Plano Básico

⁸ Se a adoção da ação mitigadora por ex. for de competência da comissão de contratação na elaboração do edital, mencionar no quadro para que o agente respectivo observe a sugestão e adote a ação.



**Estado de Mato Grosso do Sul
Município de Costa Rica**

de Fiscalização, conforme disposto no Decreto nº 4.926/2023 publicado no sítio eletrônico do município, podendo ser acessado através do link:

https://www.costarica.ms.gov.br/arquivos/plano_de_fiscalizaCAo_do_municipio_de_costa_ri-ca-ms_14094038.pdf.

16.1.1.2. Matriz de Risco

☐ Para o objeto estudado, considerando que não encontramos riscos pontuais ao objeto conforme registrado no item acima, entendemos que não é necessário formalizar a matriz de riscos.

☒ Para o objeto estudado identificamos os riscos pontuados na tabela acima, porém não sugerimos a formalização da matriz de riscos, porquanto com a adoção das ações mitigadoras apontada, a divisão de riscos entre as partes não se mostra necessária.

☐ Para o objeto estudado, e conforme os riscos pontuais ao objeto relacionados na tabela acima, sugerimos a realização da formalização da matriz de riscos com os apontamentos abaixo lançados quanto a divisão dos riscos entre as partes: _____.

17. DA DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Devido à necessidade do objeto pretendido neste estudo e após análise das informações apresentadas pela unidade demandante, consideramos **VIÁVEL** a contratação, **seguindo as orientações técnicas contidas neste estudo**.

18. DA EQUIPE TÉCNICA

O Estudo Técnico foi elaborado pela seguinte equipe de planejamento da contratação.

Costa Rica - MS, 10 de fevereiro de 2026.


MATHEUS GABRIEL FANTICELLI PEREIRA
MATRÍCULA Nº 68365

19. DA CIÊNCIA DA AUTORIDADE COMPETENTE

Recebido o presente estudo, verifico que ele está de acordo com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão, no mais, atende as demandas formuladas da melhor maneira, pelo que **autorizo a contratação nos termos concluídos pela equipe técnica de planejamento**.

Penides Garcia Jacinto
Secretário Municipal
de Obras Públicas
Portaria Nº 006/2021

Costa Rica - MS, 10 de fevereiro de 2026.


PENIDES GARCIA JACINTO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE, URBANIZAÇÃO E OBRAS
PÚBLICAS